

Nota do Editor

O texto que abre este número da Revista Controle, de Élide Graziane Pinto e Flávio Toledo, trata de tema de grande relevância, a relação entre a Lei de Responsabilidade Fiscal e o crescimento das dívidas municipais. Segundo os autores, um dos principais objetivos da LRF, a contenção do déficit público e, conseqüentemente, do endividamento, não se efetivou. De forma bastante didática, o texto analisa a relação entre os demonstrativos da contabilidade pública, a dívida pública e os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal que têm sido, na interpretação deles, sistematicamente descumpridos.

O princípio da prevenção e precaução nas licitações sustentáveis, de Dagmar Gemelli, é o título do artigo que segue. Aborda questão premente no mundo contemporâneo e que ainda não alcançou o tratamento adequado pela administração pública, a despeito de previsão legal expressa. Como as aquisições públicas somam uma quantidade substancial de recursos financeiros, o impacto que podem causar na sustentabilidade ambiental é significativo.

Em seguida, Manuel Salgueiro e Vanessa Aragão trazem o tema da transparência na gestão fiscal, assunto também da ordem do dia do debate nacional. Eles analisaram municípios cearenses e constataram uma correlação positiva entre a transparência e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM). A transparência tem recebido atenção especial na legislação brasileira, além de constituir princípio com status constitucional. A Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu uma série de regras a serem observadas pelos órgãos da administração pública e o presente trabalho confronta as experiências de municípios cearenses em relação aos ditames da legislação.

Muitos trabalhos importantes se seguem, não vamos comentar todos, mas destacamos a análise de valor recuperável de ativos, de Aline Halik, tema premente da contabilidade pública, notadamente pelo processo em pleno curso de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Os artigos tratam ainda da Tomada de Contas Especial e os procedimentos para reparação do dano, do princípio da transparência no novo direito administrativo, da contabilização do Fundeb, da fase interna das licitações, do suprimento de fundos, do planejamento tributário nas micro e pequenas empresas, entre outros temas.

Mais uma vez reiteramos a confiança no debate livre de ideias, compromisso desta Corte de Contas que se materializa por meio de diversos modos, entre eles, pela Revista Controle.

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima

Editor da Revista Controle

pontes.lima@uol.com.br